



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 38ª (TRIGÉSIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 16 (*dezesseis*) dias do mês de dezembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 38ª (*trigésima oitava*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchoa e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior e a resolução referente ao processo: 1/329/2018 – Relatora: Maria Elineide Silva e Souza. O Sr. Presidente comunicou que estavam disponíveis no webdrive da Sefaz, para apreciação e aprovação, as resoluções e despachos referentes aos processos de números: 1/4666/18, 1/813/18 e 1/2478/18 – Relator: Henrique José Leal Jereissati. Passando à **ORDEM DIA**, foram apreciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/308/2018 – Auto de Infração: 1/201719925. Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO WANDER ARAÚJO DE MAGALHÃES UCHOA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto a alegação de ilegitimidade dos representantes legais da empresa para figurar no polo passivo da autuação** – Foi rejeitada por unanimidade de votos, considerando que os sócios, diretores e responsáveis legais não fazem parte do polo passivo do auto de infração e que o pedido de exclusão dos sócios, diretores e responsáveis legais da empresa, deverá ser pleiteado junto à Procuradoria Geral do Estado, quando da inscrição em Dívida Ativa, se for o caso. **2. Com relação a alegação de decadência do lançamento, referente ao período de janeiro a outubro de 2012, com base no art. 150, § 4º, do CTN** - Afastada por unanimidade de votos, considerando que se aplica ao presente caso, a norma do art. 173, inciso I, do CTN. **3. Quanto a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Foi rejeitada por unanimidade de votos, considerando o disposto no art. 48 da Lei nº 15.614/2014 e considerando ainda, que a aplicação da multa se deu em conformidade com que determina a lei. **4. Com referência ao pedido de anulação da decisão de 1ª Instância, sob a alegação de que não foi analisado o art. 129 da Lei nº 12.670/96, que obriga a aplicação do selo fiscal de trânsito** – Afastado por unanimidade de votos, uma vez que o fundamento do pedido de anulação não se refere ao objeto da autuação em questão. **5. Na**

sequência, o Conselheiro Leilson Oliveira Cunha demonstrou interesse em proceder análise mais detalhada sobre a matéria em questão e formulou, na forma regimental, **pedido de vista**, sendo o seu pleito deferido pela Presidente. **Processo de Recurso nº 1/956/2018 – Auto de Infração: 1/201720796. Recorrente: D & A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão:** Na forma regimental, o Sr. Presidente **sobrestou** o julgamento do processo, atendendo a solicitação do Conselheiro Relator. **Processo de Recurso nº 1/3400/2019 – Auto de Infração: 1/201909380. Recorrente: LUIZ CARLOS PAIVA DE FREITAS MICROEMPRESA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, tendo em vista sua tempestividade, considerando que o art.70 da Lei nº 15.614/2014 com alterações da Lei nº 17.251/2020, determina que na contagem dos prazos do Processo Administrativo Tributário computar-se-ão somente os dias úteis, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, redação em vigor por ocasião da intimação do contribuinte para apresentação de recurso. Também resolve, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/3275/2017 – Auto de Infração: 2/201702448. Recorrente: ONDULINE DO BRASIL LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** Após o relato e por ocasião dos debates, o Conselheiro José Alexandre Goiana de Andrade demonstrou interesse em proceder análise mais detalhada sobre a matéria em questão e formulou, na forma regimental, **pedido de vista**, sendo o seu pleito deferido pela Presidente. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 17 de dezembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA